

Assembleia aprova contas do governador referentes ao exercício de 2011

PDL 10/2012 foi elaborado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

MONICA FERRERO - FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na noite de 20/12, o Projeto de Decreto Legislativo 10/2012, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2011.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, além de ter apresentado voto em separado ao PDL 10, rejeitando as contas, alternou-se na tribuna manifestando-se contra a aprovação do PDL. Segundo os parlamentares, o Tribunal de Contas do Estado, apesar de ter aprovado as contas, apresentou 27 recomendações.

Segundo os parlamentares da bancada do PT, estas recomendações do TCE indicam irregularidades, como a falta de aplicação do percentual constitucional mínimo do Orçamento na Educação, não cumprimento de metas de investimentos no metrô e na CPTM, desvios na implantação do Novo Detran e, principalmente, diversos problemas envolvendo falta de transparência nas ações do governo do Estado.

Carlos Giannazi, líder do PSOL, também manifestou-se contra a aprovação do PDL 10/2012, principalmente por considerar que há da parte do governo descaso com a educação paulista.

Adeus à Assembleia

Durante a sessão plenária, alguns deputados eleitos para prefeituras, e que tomarão posse em janeiro próximo, fizeram discursos de despedida da Assembleia Legislativa: Geraldo Vinholi (PSDB), Donisete Braga (PT) e Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Eleito prefeito de Catanduba, Vinholi discorreu sobre sua trajetória no Legislativo, onde foi deputado por quatro mandatos.

Donisete Braga, que assumirá a prefeitura de Mauá, agradeceu os ensinamentos e a convivência com



Líder do Governo Samuel Moreira com Maria Lucia Cardoso Amary e deputados da base governista

seus colegas parlamentares, que contribuíram para seu crescimento político. Por fim, Paulo Alexandre Barbosa despediu-se, eleito para a prefeitura de Santos, e mencionou projetos e tarefas fundamentais para a Baixada Santista levadas a cabo na Assembleia Legislativa. Falou ainda de sua atuação em duas

secretarias estaduais.

João Antonio e Simão Pedro, ambos do PT, também fizeram sua despedida. Eles ocuparão, respectivamente, as secretarias de Relações Institucionais e de Serviços na gestão do prefeito eleito da capital paulista, Fernando Haddad.

Autorizada concessão do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga

Outorga onerosa permitirá que recursos sejam usados em melhorias no parque, segundo governo

BLANCA CAMARGO - FOTO: VERA MASSARO

O Plenário aprovou, na forma da Emenda Aglutinativa Substitutiva 18, por 40 votos sim, 3 não e 4 abstenções, no início da madrugada desta sexta-feira, 21/12, o Projeto de Lei 604/2012, do Executivo, que autoriza a Fazenda do Estado a desafetar áreas integrantes do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga.

As bancadas do PT e do PSOL fizeram obstrução à votação e declararam voto contrário ao projeto.

A discussão em Plenário foi acirrada com a oposição, cujos deputados se revezaram na tribuna, para falar contra a proposta. Os opositoristas disseram que a iniciativa prejudica a estrutura da área de conservação e privatiza área pública com prejuízo ao patrimônio do Estado. Eles disseram também que o governo não aceitou que se fizesse nenhuma melhoria ao projeto por iniciativa parlamentar.

“Local histórico”

O deputado Adriano Diogo (PT) enfatizou que o local que integra o Parque do Estado é justamente onde D. Pedro 1º proclamou a Independência do Brasil, e que ali, às margens da rodovia dos Imigrantes, onde também está localizada atualmente a Secretaria Estadual da



Em primeiro plano, Samuel Moreira, Alex Manente e Barros Munhoz

Agricultura, é a verdadeira área onde ocorreu o momento histórico e não o parque onde está o Museu do Ipiranga. O deputado usou obra de Laurentino Gomes sobre o período histórico para respaldar sua observação.

O líder do Governo, Samuel Moreira, defendeu a iniciativa, afirmando que se trata de renovação de concessão por 20 anos, de área onde fica a sede da Secretaria da Agricultura e que não há danos ao meio ambiente justamente por ser área já ocupada. Ele também disse que como a concessão será feita por outorga onerosa, com licitação pelo maior preço, os recursos a serem pagos anual e mensalmente pela concessionária serão aplicados

na preservação e na melhoria das instalações do parque e do espaço de exposições ali existente.

Beto Tricoli (PV), cujo partido é autor da Emenda Aglutinativa aprovada, esclareceu que a emenda melhora o texto por determinar que a licitação seja feita após os conselhos ambientais e de preservação do patrimônio público se pronunciarem a respeito, além da regularização fundiária a ser aplicada na parte do terreno em que há moradias. Ele também declarou que a área a ser desafetada já sofreu descaracterização.

O PL 604

De acordo com a justificativa, o projeto objetiva, por meio da desafetação mencionada, viabilizar a concessão de uso e exploração do recinto de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e da área ocupada atualmente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pertencente ao Estado de São Paulo, totalizando 382 mil m². “A realização da concessão visa explorar a área e atrair oportunidades de feiras e negócios para São Paulo, possibilitando que a cidade retome sua posição de liderança dentre os principais polos de eventos da América Latina”, afirma o texto.

A íntegra do PL 604/2012 e sua tramitação podem ser consultadas em www.al.sp.gov.br, no link Projetos.